



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Os recursos de solos são preponderantes para o desenvolvimento sustentável de Macau, e são recursos extremamente preciosos, por Macau ser uma terra pequena com alta densidade populacional. Em 2009, o Governo da RAEM criou um grupo de trabalho interdepartamental para reversão de terrenos, a fim de reforçar o combate contra a ocupação ilegal dos mesmos, e, de facto, conseguiu esse grupo obter, desde a sua criação, determinado sucesso na retoma dos terrenos que foram ocupados ilegalmente. Mas, segundo recentes informações, um terreno reavido pelo Governo foi ocupado novamente por terceiros, pelo que a população está altamente atenta sobre a evolução deste caso.

O terreno reocupado ilegalmente está localizado no sudeste da Pedreira de Coloane, que foi um dos terrenos reavidos pelo Governo, mediante uma operação conjunta interdepartamental ocorrida em 2011. Após a retoma, o dito terreno foi cercado pelo Governo com arame farpado e aí colocada uma placa com a indicação expressa de que se tratava de um terreno do domínio público. Em 2012, o Governo descobriu que o referido arame fora removido, e que o terreno em causa tinha sido novamente ocupado por terceiros, para armazenamento de contentores, máquinas, materiais de construção, entre outros objectos, e até tinham construído aí uma barraca. Embora o Governo tenha apresentado denúncia ao Ministério Público, até agora a situação de tal reocupação ilegal em nada se alterou. Apesar de o Governo ter dado ordens e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

proclamado medidas, os ocupantes voltaram, sem qualquer medo, a ocupar terrenos do Estado, e este acto descarado e violador da lei não prejudica mera e directamente o interesse público, cria, sim, uma percepção muito negativa na sociedade, afectando o prestígio governativo da Administração.

Gostaria, então, de apresentar as seguintes questões:

1. O presente caso demonstrou que o Governo não consegue fiscalizar eficazmente os terrenos reavidos. Actualmente, esse terreno está transformado em oficina e armazém privado do ocupante. Creio que o ocupante, para conseguir transportar tantas coisas até esse terreno, não pode ter despendido pouco tempo, por isso, se o Governo tivesse pretendido descobrir atempadamente a intenção do ocupante, e adoptado rapidamente medidas para impedir a ocupação, o problema já estaria resolvido. Por conseguinte, não deve o Governo rever as medidas de fiscalização e controlo? Dispõe de alguma medida para reforçar a fiscalização e controlo sobre os terrenos reavidos?

2. Já se passaram cerca de três anos, desde a descoberta da reocupação dos terrenos reavidos até agora, mas, mesmo assim, o Governo nada conseguiu fazer. Isto pode levar as pessoas a criticar que o acto descarado dos ocupantes se deveu à fraca e morosa execução da lei por parte do Governo. A nova Lei de Terras que entrou em vigor no passado dia 1 de Março, com vista a reforçar a força dissuasora, para além de ter aumentado as multas de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ocupação ilegal de terrenos de 5 mil para 3 milhões patacas, permite ainda imputar a responsabilidade penal ao ocupante. Portanto, se o Governo não conseguir executar a lei de forma rápida e rigorosa, não deixa de ser letra morta, levando mais pessoas a querer tentar a sorte e causando a ocorrência de mais casos do género. Por conseguinte, como é que o Governo vai reforçar a execução da lei, acelerar os procedimentos legais, sancionar rápida e rigorosamente os infractores, bem como reprimir eficazmente a ocupação ilegal dos terrenos?

3. Desde a entrada em funcionamento do grupo de trabalho interdepartamental para reversão de terrenos, o Governo já retomou 55 terrenos, com uma área total de cerca de 230 mil m², nalguns dos quais já foram construídas habitações públicas e instalações comunitárias, incluindo: o Edifício do Lago da Taipa e o projecto pós-dezanove mil fracções públicas na Estrada Nordeste da Taipa. Alguns terrenos reavidos foram aproveitados para a construção da nova rede rodoviária, tais como: a Avenida de Luís de Camões, de Coloane; o novo troço da Avenida Marginal do Patane; as vias públicas do Edifício do Lago; a abertura da Rua de Lei Pou Ch'ôn, a Avenida do General Castelo Branco e a Rua Central de T'oi Sán. Outros foram entregues ao IACM para serem transformados em zonas verdes ou de lazer. Em relação aos restantes terrenos desaproveitados, dispõe o Governo de algum planeamento? Caso afirmativo, vai divulgar o respectivo conteúdo para que a população possa ficar descansada? Quanto aos terrenos que ainda não dispõem de qualquer planeamento, vai o Governo aproveitá-los, num curto prazo,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

atendendo às condições de cada um, para satisfazer as necessidades da sociedade, por exemplo, para a construção de silos-auto ou de zonas provisórias de lazer, no sentido de maximizar as funções desses terrenos?

16 de Junho de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região
Administrativa Especial de Macau,
Chan Meng Kam